

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Gerdau depõe na PF e nega implicação na Zelotes

Valor Econômico - 26/02/2016

Letícia Casado e Andrea Jubé | De Brasília

A Polícia Federal deflagrou ontem a 6ª fase da Operação Zelotes, que investiga o suposto envolvimento de grandes contribuintes em esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A ação da PF incluiu mandado de condução coercitiva para obrigar o principal executivo do grupo Gerdau, André Gerdau, a depor.

O inquérito abrange autuações sofridas pela Gerdau que foram julgadas no Carf desde 2011. A PF suspeita que um julgamento do Conselho previsto para ocorrer em abril de 2015 supostamente beneficiaria a siderúrgica, mas acabou não acontecendo por causa da deflagração da Zelotes.

Em depoimento à PF, Gerdau negou envolvimento em atos de corrupção em processos no Carf e assegurou que o grupo não sonegou impostos.

Nova fase da Zelotes mira Grupo Gerdau

Valor Econômico - 26/02/2016

Letícia Casado e Andrea Jubé | De Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a 6ª fase da Operação Zelotes e mirou o Grupo Gerdau. A ação incluiu a condução coercitiva - quando o investigado tem obrigação de depor - do principal executivo do grupo, André Gerdau.

A ação da PF marcou o retorno da Zelotes ao foco inicial de investigação: o de que haveria um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), pelo qual grandes conglomerados pagavam a escritórios de advocacia e lobistas por resultados favoráveis nos processos julgados pelo órgão. A Gerdau estava respondendo a duas autuações que somam R\$ 1,5 bilhão, segundo a PF.

O inquérito tramitava no Carf desde 2012. A empresa havia recorrido ao órgão para evitar ou reduzir o pagamento das multas. Um julgamento dessas autuações estava previsto no Carf para abril de 2015, mas foi interrompido por causa da deflagração da Operação Zelotes, em 26 de março do ano passado.

Quatro funcionários da siderúrgica, incluindo o presidente, foram alvo de condução coercitiva. O Ministério Público Federal (MPF) havia pedido para o juiz Vallisney Oliveira negar busca na

casa de André Gerdau, mas o magistrado autorizou o pedido, alegando que é necessário esclarecer alguns fatos.

A Gerdau assinou contratos com escritórios de consultoria e advocacia, "dissimulando contrato existente com a SGR", diz em seu despacho Vallisney. A SGR, empresa de lobby, é propriedade de um ex-conselheiro do Carf, José Ricardo da Silva, pivô da Zelotes. Ele teria sido o organizador do esquema e está preso desde 26 de outubro. José Ricardo foi convocado a depor ontem, mas permaneceu em silêncio.

De acordo com o juiz, "existe a possibilidade de que a empresa Gerdau tenha efetuado pagamentos com recursos não contabilizados, considerando que a investigação não logrou êxito em identificar os pagamentos às suas contratadas, havendo indícios de que eles foram realizados por meio da empresa Alfa Atenas/Planeja".

As ações da companhia - que integram o Ibovespa - sentiram o efeito da operação de ontem e ficaram entre as maiores baixas da bolsa de valores. A holding do grupo, Gerdau Metalúrgica PN, fechou em queda de 10,85%; Gerdau PN, que reúne os ativos da siderúrgica, caiu 4,77%.

Na primeira fase da Zelotes outras empresas foram citadas pela PF como tendo julgamentos no Carf que estariam sob suspeita e deveriam ser analisados - entre as quais JBS, MMC Automotores, Ford, Cimentos Penha, Santander, Safra e Bradesco. Todas negam ter cometido irregularidades.

No começo da operação havia suspeição contra 74 autuações envolvendo 60 empresas e bancos, mas as investigações se concentraram sobre 12, em relação às quais existem indícios mais contundentes

A PF não informa quais empresas são investigadas. A exemplo da operação de ontem, há outros inquéritos que correm sob segredo de Justiça. O material já colhido em buscas propiciou informações que ainda estão sendo analisadas e que geraram novos pedidos de quebras de sigilos.

De acordo com o despacho de Vallisney, "os investigadores apuram se grandes contribuintes utilizaram empresas para ocultar ou dissimular transferência de recursos ligados à suposta advocacia administrativa fazendária para corromper conselheiros do Carf, com finalidade de obter julgamento favorável a empresas, causando produziu vultuosos prejuízos aos cofres públicos".

Segundo o juiz, a PF identificou processos administrativos "cujas autuações foram posteriormente revertidas ou canceladas em julgamento de recursos com participação dos conselheiros investigados".

Desde quando deflagrada, a Zelotes ampliou as frentes de investigação e passou a apurar também suposto esquema de compra de medidas provisórias em favor do setor automobilístico e a compra de caças suecos pelo governo federal.

A falta de mão de obra e tempo na PF retardou algumas investigações, como a da própria Gerdau. Em setembro, a Zelotes ganhou um reforço: a delegada Fernanda Oliveira, a única no Brasil que trata de inquéritos especiais. Coube a ela conduzir o inquérito referente à Gerdau.

Além da Zelotes, ela continua atuando em inquéritos da Lava-Jato no âmbito do Supremo Tribunal Federal e de investigações sobre crimes eleitorais analisadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Para a deflagração da operação, já tínhamos autoria e materialidade bastante robusta", disse ontem Fernanda a jornalistas. Ela afirmou que a PF apreendeu documentos, celulares, e o material deve trazer novos elementos para aprofundar investigação.

No total, 20 pessoas foram levadas para depor e a PF cumpriu mandados de busca e apreensão em 18 endereços em cinco Estados. Dois lobistas já presos pela Zelotes foram

ouvidos. Além de executivos e dois escritórios da Gerdau, foram alvo de mandados de condução e busca pessoas e endereços ligados a lobistas, consultores e advogados investigados.

Em meio ao turbilhão, o fundador da companhia e presidente do Conselho Consultivo, Jorge Gerdau Johannpeter, se reuniu ontem no Palácio do Planalto com o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro Neto, também participou da reunião, que discutiu a comercialização do aço e consta da agenda oficial da Casa Civil. Segundo fontes do Planalto, eles não falaram sobre a Zelotes.

O empresário tem interesse em estudos do governo sobre a possível elevação do imposto de importação, que incide sobre o aço. Em novembro, o governo criou um grupo de trabalho interministerial para avaliar o setor e o impacto sobre medidas em discussão.

Ibovespa fecha em queda com balanços

Valor Econômico - 26/02/2016

Téo Takar e Aline Cury Zampieri | De São Paulo

A Bovespa fechou no vermelho ontem por causa da safra de balanços fracos e de notícias corporativas que pesaram sobre empresas relevantes, como Ambev, Vale, Gerdau e Oi. Apesar do pregão negativo, o mercado local conseguiu se afastar das mínimas graças à recuperação do petróleo, que deu fôlego às bolsas americanas e ajudou os papéis da Petrobras.

O Ibovespa fechou em baixa de 0,47%, aos 41.887 pontos, com volume de R\$ 4,875 bilhões. Entre as principais ações do índice, Vale ON caiu 5,89%, seguida por Vale PNA (-5,23%), Ambev ON (-2,58%), Brasil Foods ON (-1,41%) e Bradesco PN (-0,29%), enquanto Petrobras PN subiu 0,41% e Itaú PN marcou leve alta de 0,08%.

"Apesar da melhora de Petrobras, a queda de Ambev e da Vale pesou sobre o Ibovespa. Ambev responde por mais de 8% do índice, enquanto as duas Vales [ON e PNA] possuem peso de pouco mais de 5%", explicou um operador.

A fabricante de bebidas registrou lucro líquido de R\$ 4,153 bilhões no quarto trimestre de 2015, queda de 8,5% sobre o mesmo período em 2014. O Credit Suisse chamou atenção para o aumento de 32% nas despesas gerais e administrativas, que foram "definitivamente uma surpresa negativa". A Ambev também sofreu com maiores despesas financeiras e aumento na alíquota de impostos.

"O custo está pesando para todas as companhias. Você tem uma combinação de inflação alta com demanda em queda. Em geral, as empresas não estão conseguindo repassar seus custos para os preços. Na quarta-feira, a Weg divulgou sua menor margem Ebitda desde 1996", afirmou o estrategista da Guide Investimentos, Luis Gustavo Pereira.

Já a Vale registrou prejuízo de R\$ 33,156 bilhões no quarto trimestre de 2015, quase oito vezes maior que a perda de R\$ 4,761 bilhões apurada um ano antes. Os principais motivos apontados pela mineradora para o prejuízo foram a menor margem Ebitda (geração de caixa); baixas contábeis ("impairments") que somaram R\$ 36,2 bilhões em 2015; e o efeito negativo da depreciação do real sobre os resultados financeiros, já que a maior parte do endividamento da Vale é em dólar.

As ações da Petrobras tiveram mais um dia volátil, refletindo notícias relacionadas à

companhia e à trajetória do petróleo. O barril do WTI fechou em alta de 2,90%, cotado a US\$ 33,07. A commodity passou a subir no meio da tarde após a informação de que Rússia, Arábia Saudita e Qatar concordaram em se reunir em março para discutir limites para a produção.

Outro tema que influenciou os papéis da estatal foi a aprovação, pelo Senado, do projeto que altera as regras de participação da Petrobras na exploração do pré-sal. O texto seguirá para apreciação na Câmara dos Deputados.

O estrategista da XP Investimentos, Celso Plácido, explicou que a extinção do modelo de partilha ajuda a Petrobras, pois possibilita que a empresa venda alguns blocos, mas não resolve o problema da companhia que tem R\$ 506 bilhões de dívida e 73% desse montante em dólar, em um cenário de preço do petróleo em queda. "Seguimos céticos com o ativo."

As ações da Gerdau ficaram sob pressão porque a companhia foi alvo da nova fase da Operação Zelotes, que apura a compra de votos em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Gerdau Metalúrgica PN perdeu 10,85% e Gerdau PN recuou 4,77%, entre as maiores baixas do Ibovespa. O presidente da siderúrgica, André Gerdau, prestou depoimento à Polícia Federal em São Paulo. A estimativa de sonegação fiscal da Gerdau é de R\$ 1,5 bilhão.

Oi ON (-19,30%) liderou as perdas do Ibovespa. A operadora informou que o fundo russo Letter One desistiu de realizar um aporte de US\$ 4 bilhões na companhia porque a TIM não teria aceitado prosseguir com as negociações para realizar uma fusão com a Oi.

Contribuinte vence disputa no Carf sobre insumo

Valor Econômico - 26/02/2016

Beatriz Olivon | De Brasília

A Sadia (atual BRF) obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em disputa sobre o conceito de insumos para créditos de PIS e Cofins. No julgamento, a maioria dos conselheiros da 3ª Turma da Câmara Superior acompanhou posicionamento anterior do órgão, que foi reformulado após a deflagração da Operação Zelotes.

A discussão sobre o que pode ou não ser considerado insumo é relevante para as empresas, pois os créditos gerados podem reduzir significativamente o valor a ser recolhido de PIS e Cofins. Os tributos incidem diretamente sobre o faturamento das empresas.

Há muitas ações no Judiciário que discutem o conceito de insumo. Enquanto os contribuintes defendem uma interpretação mais ampla, a Fazenda Nacional restringe o termo ao custo com matérias-primas consumidas na produção.

Foram analisadas ontem duas autuações fiscais contra a Sadia - uma delas referente ao intervalo entre janeiro e março de 2007 e a outra, de abril a junho do mesmo ano. Os valores, incluindo juros de mora e multa de ofício, eram de cerca de R\$ 40 milhões e R\$ 70 milhões.

A fiscalização considerou inadequada a classificação como insumos de materiais de limpeza, embalagens utilizadas para transporte, combustíveis, lubrificantes, fretes entre estabelecimentos da própria empresa, despesas de energia elétrica e lavagem de uniformes, entre outros.

O tema não é novo na Câmara Superior do Carf, mas esta foi a primeira vez que foi julgado após a reformulação do órgão. Com a deflagração da Operação Zelotes, em 2015, o Conselho

suspendeu os julgamentos e, em decorrência de mudanças em seu regimento, houve grande alteração na composição de conselheiros.

Mas apesar das mudanças foi mantido o entendimento anterior do órgão. A maioria dos julgadores considerou que, para o creditamento, o insumo deve ser necessário ao processo produtivo e, conseqüentemente, à obtenção do produto final.

Nesse sentido, o advogado da Sadia, Fábio Calcini, do Brasil Salomão & Matthes Advocacia, destacou que a decisão permite que a empresa considere como insumos a indumentária dos funcionários (como luvas e máscaras), pallets (suporte para movimentar cargas), embalagens e material de limpeza, entre outros. Ficou de fora da decisão apenas o serviço de lavagem de uniformes.

O advogado da Sadia destacou que, apesar de o relator dos processos ter aplicado inicialmente critério mais restritivo para insumos, semelhante ao da legislação de IPI, o voto não foi acompanhando pela maioria. "Havia grande preocupação com uma eventual mudança de posicionamento do **Carf**. Felizmente foi mantido", afirmou.

De acordo com Marco Antônio Behrndt, sócio da área tributária do Machado Meyer, no julgamento foram definidos alguns conceitos que serão aplicados caso a caso. Um dos pontos importantes foi a manutenção do crédito extemporâneo - aproveitado pelo contribuinte no momento da identificação da despesa sem retificação e não quando ela foi gerada, mas ainda dentro do limite de cinco anos.

Para o advogado, o julgamento é importante pela nova composição da câmara mas também por ser o primeiro após o início do julgamento do tema em recurso repetitivo no STJ. "O julgado crava o entendimento da Câmara Superior. Se alterasse não sei qual seria o reflexo no STJ", afirmou. De acordo com o advogado, a tese no tribunal vem sendo construída com base no posicionamento do **Carf**. Além do STJ, o Supremo Tribunal Federal ainda julgará o assunto em recurso com repercussão geral.

Conselho decide reduzir ritmo de julgamentos

Valor Econômico - 26/02/2016

Beatriz Olivon | De Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) vai reduzir o ritmo de julgamentos. O órgão publicou nesta semana um novo calendário com as datas das sessões. A partir de março, os julgamentos voltam a ser realizados entre terças e quintas-feiras.

Desde o início do ano, as sessões de julgamento ocorriam de segunda a sexta-feira. O novo calendário, porém, prevê que o período de reunião poderá ser ampliado, pelo colegiado, com o acréscimo de até quatro sessões, para atender à necessidade de julgamento dos recursos relatados.

No novo formato, os conselheiros representantes dos contribuintes trabalharão dentro do teto de pagamento da "gratificação de presença", que são de seis sessões por mês. O Decreto nº 8.841, de 2015, estabeleceu uma remuneração mensal de até R\$ 11.235,00 para os conselheiros - R\$ 1.872,50 por sessão de julgamento.

O ritmo de pagamentos, porém, ainda não está completamente ajustado. A gratificação pelo trabalho realizado em dezembro foi paga somente em fevereiro. E a remuneração de janeiro ainda não foi realizada pela Fazenda Nacional.

Os atrasos ocorrem porque os conselheiros ainda complementam os documentos particulares, segundo o Ministério da Fazenda. O órgão acredita que os pagamentos serão feitos na próxima semana. O ministério informou se esforçar para que, a partir de março (pagamento de fevereiro), os pagamentos possam ser feitos na segunda semana do mês subsequente.

Em decorrência da Operação Zelotes, o Carf ficou quase todo o ano de 2015 sem realizar julgamentos e teve grande mudança na sua composição. As reuniões foram retomadas em dezembro, com uma semana de sessões. Em janeiro, por mais duas semanas, foram realizados julgamentos todos os dias.

Empresário nega irregularidades à PF

Valor Econômico - 26/02/2016

Folhapress, de São Paulo

O presidente do grupo Gerdau, André Gerdau, negou o envolvimento em atos de corrupção em processos do Carf investigados na Operação Zelotes, em depoimento à Polícia Federal na tarde de ontem, segundo a defesa do empresário.

O criminalista Arnaldo Malheiros, advogado de Gerdau, disse que o empresário "esclareceu que a empresa não sonou nada, apenas recebeu autos de infração e recorreu na forma da lei. E não teve êxito nenhum até agora".

Segundo Malheiros, "se houve alguma coisa por parte de advogados ele [Gerdau] acha estranho, uma vez que o único caso julgado em definitivo foi contra a Gerdau".

Gerdau foi à superintendência da PF em São Paulo acompanhado de seus advogados em cumprimento a um mandado de condução coercitiva expedido pela Justiça na 6ª fase da Operação Zelotes. O depoimento durou cerca de 45 minutos e Gerdau não respondeu às perguntas dos jornalistas ao deixar o prédio da PF em São Paulo.

Malheiros disse que a Gerdau não apurou internamente nenhum indício de que os advogados que ela contratou para atuar no Carf estivessem envolvidos em atos de corrupção.

"Ele não contratou ninguém para corromper ninguém. Contratou consultorias para auxiliar na exposição dos argumentos, dos fatos, era uma causa de valor muito grande. A linha da empresa foi a de se cercar da melhor assessoria possível", disse o defensor.

De acordo com o criminalista, "foram feitas perguntas sobre a organização interna do Carf, e a respeito disso ele [Gerdau] não tem qualquer conhecimento".

O Estado de S.Paulo

Em nova etapa da Operação Zelotes, Polícia Federal mira em Grupo Gerdau

O Estado de S. Paulo - 26/02/2016

Investigação. Conglomerado siderúrgico é alvo de ação por suspeita de pagar propina para reduzir dívidas de R\$ 1,5 bilhão com a Receita; o presidente da empresa, André Gerdau, foi levado para prestar depoimento na Superintendência da PF na capital paulista

Em mais uma etapa da Operação Zelotes, a Polícia Federal fez ontem buscas em endereços do Grupo Gerdau e conduziu quatro de seus executivos, entre eles o diretor-presidente, André Gerdau, para prestarem depoimentos. O grupo é suspeito de pagar propina para reduzir débitos que somariam R\$ 1,5 bilhão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. O órgão é uma espécie de "tribunal" administrativo que julga recursos de contribuintes autuados pela Receita Federal.

André Gerdau foi ouvido na Superintendência da PF em São Paulo e negou irregularidades. O diretor-presidente é filho de Jorge Gerdau, atualmente presidente do Conselho Consultivo do grupo siderúrgico - um dos maiores do mundo - e um dos empresários mais próximos do governo petista. Ele integra o chamado Conselhão, colegiado que funcionou na gestão Lula e foi ressuscitado pela presidente Dilma Rousseff no atual mandato, com o objetivo de propor saídas para a crise.

A PF cumpriu ontem 20 mandados de condução coercitiva (quando o investigado é levado para prestar depoimento e, depois, liberado). Além disso, houve busca e apreensão de documentos e mídias em 17 endereços de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Distrito Federal.

Conforme investigadores da Zelotes, foram colhidos indícios de que pagamentos ilícitos continuaram ocorrendo mesmo após a primeira fase da operação, deflagrada em março do ano passado, o que motivou as ações. A Gerdau teria autorizado a subcontratação de empresas de consultoria e bancas de advogados com o objetivo de "dissimular" pagamentos ilegais a representantes do Carf.

Foram identificados repasses de R\$ 687 mil a pessoas ligadas a José Ricardo da Silva, advogado que era conselheiro do "tribunal da Receita" e não podia, portanto, atuar em processos que envolvessem seus clientes privados. Ele está preso desde outubro, acusado de atuar na "compra" de medidas provisórias nos governos Lula e Dilma, caso também apurado em outra frente de investigação da Zelotes.

A triangulação para esconder a "contratação" de José Ricardo teria envolvido ao menos três empresas, entre elas a Planeja Assessoria Empresarial e a Alfa Atenas Assessoria Empresarial, de São Paulo, cujos responsáveis foram ouvidos ontem. Elas atuavam operando pagamentos e captando clientes para o suposto esquema.

A nova etapa da Zelotes foi autorizada pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10.^a Vara da Justiça Federal em Brasília. "Existe a possibilidade de que a empresa (Gerdau) tenha efetuado pagamentos com recursos não contabilizados", escreveu o juiz no despacho.

A PF sustenta que a operação para "dissimular" contrato com José Ricardo teve a participação dos executivos da Gerdau Raul Fernando Schneider e Marcos Antônio Biondo. Também há suspeitas de envolvimento no esquema do advogado e conselheiro do grupo Expedito Luz.

Num parecer enviado ao juiz, o Ministério Público Federal discordou das ações relacionadas a André Gerdau, requisitadas pela PF. Os procuradores argumentaram que a "simples" assinatura dele como "dono" do grupo, presente numa procuração anexada ao inquérito, não era evidência suficiente. O magistrado, no entanto, discordou.

Conselheiros. A Zelotes detectou mais evidências da participação de conselheiros do Carf no suposto esquema, entre eles Valmir Sandri e Valmar Fonseca de Menezes. Ambos já haviam sido exonerados de seus cargos, após seus nomes terem sido citados em etapas anteriores

da operação.

José Ricardo da Silva e o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, também preso por suposta "compra de MPs, foram levados à Superintendência da PF em Brasília para depor, mas ficaram em silêncio. As defesas de ambos informaram que só vão se pronunciar depois de acessarem os documentos da investigação.

PERFIL

Grupo Gerdau

Conglomerado tem atuação internacional

Um dos maiores conglomerados brasileiros, o grupo Gerdau, com faturamento de R\$ 42 bilhões (dados de 2014), começou sua trajetória como uma fabricante de pregos em Porto Alegre, em 1901, e hoje está entre as 20 maiores siderúrgicas do mundo.

A expansão do grupo gaúcho - que tem o empresário Jorge Gerdau, ex-presidente do Conselho de Administração da siderúrgica, como um dos principais porta-vozes da indústria com o governo - começou no fim dos anos 1940, quando a família comprou a Siderúrgica Riograndense. Sob a gestão de Jorge Gerdau, a partir dos anos 1980, o grupo intensificou seu processo de internacionalização e hoje metade de sua receita vem do exterior. Seu filho André Gerdau Johann-peter preside a companhia desde o início de 2007.

Jorge Gerdau faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o chamado Conselhão, que teve início no primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Gerdau é um dos empresários de confiança da presidente Dilma Rousseff, mas a relação do empresário com o governo do PT andou estremecida. O nome de Gerdau chegou a ser cogitado para ocupar a Fazenda, à época que a pasta estava sob gestão de Guido Mantega. Gerou mal-estar no governo o fato de o empresário ter sugerido a contratação da consultoria de Vicente Falconi, sem licitação, para assessorá-lo no Conselhão. O INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial), consultoria criada por Falconi em 2003 (atual Falconi Consultores e Associados), também foi responsável por formular o "choque de gestão" de Aécio Neves (PSDB), no governo de Minas Gerais. / MÔNICA SCARAMUZZO

Empresa nega relação com "negociações ilegais"

Em nota divulgada ontem, o Grupo Gerdau informou que sempre fez uso de escritórios externos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), visando "o mais adequado assessoramento", de "estrita natureza técnica".

"Os contratos com esses escritórios externos, como outros que a Gerdau possui com prestadores de serviço, foram firmados com cláusula que determina absoluto respeito à legalidade, cujo descumprimento acarreta na imediata rescisão", disse o Grupo Gerdau no comunicado.

O grupo afirmou também que "nenhuma importância foi paga ou repassada aos escritórios externos do caso específico" e que os contratos foram rescindidos quando o nome dos prestadores de serviço foram vinculados a ilegalidades no Carf.

"A empresa jamais concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim", acrescentou.

O Estado não localizou ontem os ex-conselheiros do Carf Valmar Fonseca e Valmir Sandri, assim como os representantes das empresas Planeja Assessoria Empresarial e a Alfa Atenas Assessoria Empresarial.

Direto da Fonte

Juros

sperniandes

O problema com a Gerdau nesta nova etapa da Zelotes -operação que investiga esquema de corrupção envolvendo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - não é exatamente a discussão com a RF em torno da cobrança de R\$ 1,5 bilhão em impostos supostamente devidos. Mesmo porque não há, até agora, decisão final a respeito.

A questão em jogo seria a contratação, ou não, de certa empresa brasileira para defendê-la no **Carf**.

Juros

2

O contrato teria sido feito à base de 0,75% de "success fee". Isto é, a empresa só pagaria a contratada se tivesse sucesso na redução de sua dívida fiscal.

A exemplo de outras empresas e bancos, a Gerdau, para brigar no **Carf**, baseou-se em parecer da RF emitido na época em que o Santander comprou o Banespa, no fim de 2000. A norma permitia o aproveitamento, pelos espanhóis, do prejuízo existente no banco privatizado.

Tudo certo, até a Receita resolver olhar mais a fundo e alterar a fórmula - iniciativa do antigo chefe da instituição, Everardo Maciel. Ele montou novo conceito sobre o que era lícito e o que não era, passando a multar tanto empresas como bancos que se valeram dessa e de outras medidas parecidas.

Deu o start na confusão.

Juros 3

Levantamento do Congresso em Foco mostra que há hoje 489 grupos empresariais tentando derrubar a cobrança total de R\$ 357 bilhões em dívidas fiscais, em um universo de 797 processos pendentes.

Só Santander e Itaú brigam para se livrar de multas superiores a R\$ 20 bilhões cada.

Em família

Se é que o celular e o computador de João Santana ficaram na República Dominicana, estão "em boas mãos", segundo fonte ligada ao assunto.

Lá continua atuando, na campanha eleitoral de Danilo Medina, um auxiliar da dupla, Emmanuel Requião -ex-marido de Mônica Moura,hoje casada com Santana.

Tanque cheio

Benedito Braga respira aliviado: tudo indica que a crise hídrica em SP acabou. O secretário de Recursos Hídricos foi ontem ao Bandeirantes dar a notícia a Alckmin. Próximos passos? Concluir duas obras até 2017, "para que a capital volte a ter sossego".

Home, sweet

No país da piada pronta, vai a informação: o local escolhido para abrigar o camarote de Keith Richards, no estádio do Morumbi na noite de anteontem, foi a sala antidoping do São Paulo.

Famoso por seu envolvimento com drogas, o irônico guitarrista dos Rolling Stones, ao falar sobre o assunto à revista musical NME, em 2007, não resistiu: "A coisa mais estranha que eu já tentei cheirar foi meu pai depois de cremado...". Provocou comoção mundial. À carioca

A exemplo da festa que rolou na casa dos Monteiro de Carvalho, semana passada no Rio, nas boas-vindas aos Stones, ontem na Bud Manson, celulares estavam vetados e o convite era... em inglês. Para 150 pessoas.

Arigatô

A Japan House, novo espaço cultural que está sendo construído na Avenida Paulista, será seguida de outras duas sedes irmãs - uma em Londres e outra em Los Angeles. Aqui, o curador está escolhido: será Marcello Dantas.

Arigatô 2

O projeto paulista prevê um jardim zen e abrigará exposições, palestras, biblioteca e uma loja de objetos de design japonês. Inauguração prevista para 2017, 3 mil metros quadrados de espaço e investimento de US\$ 30 milhões. Será, em grande parte, em madeira Hiroki.

O arquiteto Kengo Kuma inspirou-se nas técnicas de Sutemi Horiguchi, que criou o Pavilhão japonês no Parque do Ibirapuera, 60 anos atrás.

1. Gabriel Braga Nunes, Regina Braga e Drauzio Varella, no show de estreia dos Rolling Stones em São Paulo. 2. Marisa Orth, 3. Eliana e Adriano Ricco também foram assistir ao espetáculo. Anteontem, no estádio do Morumbi.

Polaroid

Tendo como cenário o antigo Hospital Matarazzo, o estilista Sandro Barros escolheu Ana Carla Vinini para desfilar seus modelos de inverno. Inspiração? Viena, na Áustria, mais as imagens impactantes à la Gustav Klimt.

Na Frente

- A Galeria Lume apresenta Flavio Tris e banda no Tanqueray Jazz na Lume. Hoje.
- Para falar do show de Andréa Bocelli no Santuário Nacional, dom Raymundo Damasceno, cardeal-arcebispo de Aparecida, esteve com Alckmin na quarta-feira em SP. O tenor é um dos pontos altos da festa de 300 anos da descoberta da imagem da santa.

OPERAÇÃO Zelotes

"O CARF FAZ SEU PAPEL"

Um dos tributaristas mais respeitado no Brasil, criador da Faculdade de Direito da FGV, Ary Oswaldo Mattos Filho recomenda cautela na avaliação de notícias sobre envolvimento do Carf em ações investigadas pela Operação Zelotes (ver nota no alto da página). Para ele, o conselho estar subordinado à Receita não significa que se renda a pressões.

- Um conselho como o Carf, que revê decisões da própria Receita, que o criou, é legítimo?

Não me parece razoável imaginar que o Carf tome partido, em suas decisões, em favor da RF. Seu presidente é indicado pelo governo e o vice pelo setor privado. De suas deliberações sempre cabe recurso à Justiça. Ele é produtivo na medida em que economiza tempo e dinheiro nos processos, para a Justiça e para o cidadão.

- O sr. vê algum tipo de vulnerabilidade nessa atividade?

Como qualquer órgão decisório, ele está sujeito a pressões. Cabe aos julgadores repelir esses avanços. A eventual vulnerabilidade poderá residir nos enormes valores em jogo nessas

decisões. Mas com o constante avanço da transparência, cabe à sociedade exercer seu papel de fiscal.

- Que acha da configuração do **Carf**? A reforma proposta por Joaquim Levy funcionou?

Essa configuração vinha sendo discutida há muito tempo.

Acho que a forma atual representa uma melhora substancial.

- Acha que há exageros nas ações de busca da PF?

É difícil avaliar, já que tais procedimentos não são públicos. Mas eles são realizados com autorização do Poder Judiciário, o que dá a presunção de sua necessidade. Os exageros devem ser denunciados.

O Globo

Gerdau se torna alvo em nova fase da Zelotes

O Globo - 26/02/2016

Empresa é suspeita de corrupção em caso de manipulação de decisões sobre multas, no valor de R\$ 1,5 bi

ANDRÉ SOUZA
JAILTON CARVALHO
GERALDA DOCA
STELLA BORGES

Ontem a sexta fase da Operação Zelotes. O alvo foi a siderúrgica Gerdau, que pode ter tentado interferir no pagamento de multas, no valor de até R\$ 1,5 bilhão. A suspeita é que ela tenha se beneficiado de fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), órgão ligado ao Ministério da Fazenda e que tem poder de rever multas aplicadas aos contribuintes. Foram 18 mandados de busca e apreensão e outros 20 de condução coercitiva — quando a pessoa é obrigada a depor —, sendo um deles contra o diretor-presidente da empresa, André Gerdau Johannpeter. A Gerdau nega irregularidades e diz que os recursos ao **Carf** são legítimos e feitos dentro lei. Os mandados foram cumpridos no Distrito Federal, em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Houve busca e apreensão em dois endereços da Gerdau, inclusive na sua sede administrativa, em Porto Alegre. André Gerdau se encontrava em São Paulo e, à tarde, apresentou-se espontaneamente à PF na capital paulista. Os crimes investigados são tráfico de influência, corrupção, lavagem de dinheiro, advocacia administrativa fazendária e associação criminosa. Os dados e materiais apreendidos serão compartilhados com a Procuradoria da Fazenda Nacional e a Receita Federal, que fazem parte da força-tarefa da Zelotes. Entre outras coisas, foram apreendidos documentos, pen-drives, computadores e celulares. Algumas das buscas foram feitas em endereços onde podem funcionar escritórios de advocacia. Nesses casos, o juiz disse que só poderiam ser apreendidos exclusivamente materiais relacionados aos fatos investigados.

O depoimento do empresário durou 45 minutos. De acordo com o advogado Arnaldo Malheiros Filho, que o acompanhou, André Gerdau negou que empresas do grupo tenham tido qualquer participação em atos de corrupção na esfera do **Carf**. — Ele esclareceu que a empresa não

sonegou nada. A empresa recebeu um auto de infração e recorreu ao **Carf** na forma da lei. E não teve êxito nenhum até o momento. Não pagou nada, nem teve benefício algum. É uma suspeita infundada (de que a empresa esteja envolvida em corrupção) — disse Malheiros Filho, ao sair da sede paulista da PF com o cliente, que não falou com a imprensa.

ADVOGADO: EMPRESA SÓ BUSCOU ASSESSORIA

Segundo o advogado, o único caso envolvendo a Gerdau já julgado em definitivo no âmbito do **Carf** teve resultado contrário ao grupo. Por isso, ressaltou, não há indícios de que os advogados contratados pela Gerdau estejam envolvidos em corrupção. — Só se fosse corrupção contra a própria empresa — ironizou Malheiros Filho. — Ele não contratou ninguém para corromper ninguém. Contratou consultoria para auxiliar na exposição dos fatos, era uma causa de valor muito grande, mesmo para uma empresa do porte da Gerdau. Então, a linha da empresa foi se cercar da melhor assessoria possível.

Ele disse ainda que, em sindicância interna, a empresa não apurou qualquer indício de que funcionários do grupo estivessem envolvidos em práticas ilegais ou esquemas de corrupção. Já segundo a PF, a empresa continuou a cometer ilícitos mesmo depois de a Zelotes ter sido deflagrada, em 26 de março de 2015. As investigações apontaram um esquema de pagamento de propinas a conselheiros do **Carf** para reverter multas. Foram identificados 70 contribuintes que podem ter se beneficiado da prática, num prejuízo bilionário aos cofres públicos. A Gerdau foi a primeira empresa a ter uma fase da operação só para ela. Contribuintes com casos complexos também deverão ter inquéritos próprios. Outros, mais simples, continuarão dentro do inquérito principal.

A delegada da PF Fernanda Costa de Oliveira afirmou ter sido verificado que a Gerdau atuou para manipular decisões do **Carf**. — Basicamente os contribuintes buscavam escritórios de advocacia que tinham vínculos indiretos e diretos com conselheiros e ex-conselheiros do **Carf**. Então havia tratativas e negociações para que esses conselheiros atuassem nesses processos específicos da Gerdau visando benefício à empresa. Na decisão que autorizou os mandados, o juiz Vallisney de Souza Oliveira destacou que alguns dos investigados corromperam vários conselheiros do **Carf** para beneficiar empresas. Ele concordou com o argumento do Ministério Público Federal (MPF) de que a Gerdau fez contratações e subcontratações para viabilizar pagamentos ao ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva. A contratação direta dele ou da empresa da qual era sócio, a SGR, não seria possível, por se tratar de um então conselheiro do **Carf**.

"Por meio das empresas SGR Consultoria Empresarial LTDA, Planeja Assessoria Empresarial e Alfa Atenas Assessoria Empresarial LTDA, com a participação de Alexandre Paes dos Santos (suposto sócio informal de José Ricardo dos Santos), Edison Pereira Rodrigues, João Batista Gruginski, Adriana Oliveira e Ribeiro, Eivanice Canário da Silva e Paulo Cortez fizeram funcionar um esquema de articulação, cooptação e corrupção de diversos conselheiros do **Carf** com a finalidade de obterem julgamento favorável a diversas empresas, dentre as quais a Gerdau", escreveu o juiz. A PF pediu busca e apreensão na residência de André Gerdau em Porto Alegre, mas o MPF entendeu que não seria necessário. O juiz ficou do lado da PF, dizendo que a medida seria importante para esclarecimento dos fatos.

E determinou que a PF faça, em até 15 dias, uma cópia das mídias apreendidas, para devolvê-las aos donos. Malheiros Filho argumentou que o pedido de condução coercitiva não era necessário, pois, ao tomar conhecimento da nova fase da operação, André Gerdau se prontificou a prestar esclarecimentos. Segundo o advogado, o empresário não se constrangeu em responder a nenhuma pergunta dos investigadores e continua à disposição da PF. Além de André Gerdau, outras quatro pessoas depuseram sobre o caso na sede da PF paulista ontem. Malheiros Filho não soube dizer se entre eles havia algum funcionário do grupo Gerdau. Em nota, a Gerdau afirmou que tudo foi feito dentro da lei e "não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim". Colocando-se à disposição das autoridades, assegura que não teve intenção de sonegar impostos. A Gerdau informou ainda que rescindiu contratos com prestadores de serviço cujos nomes estão sob suspeita de ações ilícitas.

SIDERÚRGICAS SE REÚNEM NO PLANALTO

Ontem pela manhã, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter esteve no Palácio do Planalto, onde foi recebido pelo ministro da Casa Civil, Jaques Wagner. Ele estava acompanhado do ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e por pesos-pesados do ramo do aço para discutir ações para o setor, que enfrenta dificuldades, como a concorrência com importados. Segundo integrantes do governo, ele não falou com a presidente Dilma Rousseff e estava visivelmente preocupado, com fisionomia séria. O clima era de constrangimento, mas ninguém perguntou sobre o seu filho, André Gerdau.

Na Superintendência da PF em Brasília, foram ouvidos José Ricardo da Silva e o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS. Ambos estão presos preventivamente no Complexo Penitenciário da Papuda, no DF, e são réus na ação penal aberta em decorrência da Zelotes para investigar a possível compra de trechos de medidas provisórias que beneficiaram o setor automotivo.

Folha de S.Paulo

Gerdau é alvo de operação da PF que investiga sonegação

Folha de S. Paulo - 26/02/2016

POLÍCIA DIZ QUE GRUPO ESTÁ ENVOLVIDO COM CORRUPÇÃO DE CONSELHEIROS DO **CARF**

Operação zelotes suspeita que empresa recorreu a lobista para ganhar recurso no órgão do governo

GABRIEL MASCARENHAS
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA
FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

A multinacional de aços Gerdau foi o principal alvo da 6ª fase da Operação Zelotes, que desde março de 2015 investiga possível compra de decisões no **Carf**, conselho do governo federal que julga recursos de empresas autuadas pela Receita Federal. O Ministério Público no Distrito Federal apontou um suposto esquema "de articulação, cooptação e corrupção de diversos conselheiros do **Carf**" com o objetivo de "obterem julgamento favorável a diversas empresas, dentre as quais a Gerdau".

A manifestação dos procuradores foi feita em representação ao juiz federal Vallisney de Souza Oliveira que autorizou uma série de buscas e apreensões e conduções coercitivas cumpridas pela Polícia Federal no Rio Grande do Sul, Rio, em São Paulo, Pernambuco e no DF. Três executivos da Gerdau, entre eles o diretor-presidente, André Gerdau Johannpeter, foram chamados a depor. Ele se apresentou por volta das 14h na PF em São Paulo.

Segundo a investigação, que também se baseia em interceptações telefônicas, a Gerdau pode ter recorrido à SGR Consultoria, uma empresa do lobista José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do **Carf** que está preso, para sair vitoriosa em um recurso de 2014 que discutia autuação da Receita de R\$ 1,5 bilhão.

A investigação não localizou repasses entre Gerdau e Silva ou suas empresas. Os procuradores, no entanto, levantam a possibilidade de que ela "tenha efetuado pagamentos com recursos não contabilizados", de alguma forma "dissimulando contrato existente com a SGR". Silva era conselheiro do **Carfe** "não poderia atuar em processo no qual sua empresa estava representando o contribuinte".

O esquema se dava, segundo os investigadores, pela contratação de escritórios de advocacia e de consultoria, responsáveis por intermediar a negociação do suborno aos conselheiros. A PF afirmou em relatório que, mesmo após a deflagração da Zelotes, integrantes da Gerdau continuaram praticando crimes junto ao Conselho, como advocacia administrativa, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, além de associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Ao todo, sete processos movidos pela Gerdau no **Carf**, que tramitaram ou estão em curso no colegiado, estão sob a mira da Zelotes. Na decisão de 12 páginas expedida na quarta-feira (24), o juiz divergiu de um pedido dos procuradores, que não queriam que a PF fizesse busca e apreensão na casa de André Gerdau, em Porto Alegre. O juiz discordou. Para ele, a medida serviria para "o esclarecimento dos fatos", assim como buscas e apreensões nos endereços ligados ao advogado e membro do conselho administrativo da empresa, Expedito Luz.

Um quadro do inquérito "revela diversos julgamentos favoráveis no **Carf** ao grupo Gerdau nos anos de 2012 e 2014". Além das supostas ilegalidades constatadas nas atividades entre lobistas, empresários e o Conselho, a Zelotes apura alegado pagamento de propina para a compra de medidas provisórias. André é filho do empresário Jorge Gerdau, fundador do grupo, que atualmente faz parte do Conselho do governo federal, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que reúne empresários e trabalhadores para debater temas de interesse do país.

Nesta quinta, dia da operação, Jorge Gerdau teve reunião no Palácio do Planalto. O empresário participou de encontro com os ministros Jaques Wagner (Casa Civil) e Armando Monteiro (Desenvolvimento e Indústria) para discutir a crise no setor siderúrgico no país. Segundo relatos de presentes, ele permaneceu com semblante sério, mas aparentou tranquilidade.

Presidente do grupo nega atos de corrupção

Folha de S. Paulo - 26/02/2016

Em nota, empresa diz estar colaborando com as investigações da PF e afirma ter rigorosos padrões éticos

FLÁVIO FERREIRA
GABRIEL MASCARENHAS
RUBENS VALENTE

O presidente do grupo Gerdau, André Gerdau, negou envolvimento em atos de corrupção investigados na operação Zelotes, em depoimento à Polícia Federal na tarde desta quinta-feira (25), segundo a defesa do empresário. O criminalista Arnaldo Malheiros, advogado de Gerdau, disse que o empresário "esclareceu que a empresa não sonou nada, apenas recebeu autos de infração e recorreu na forma da lei ao **Carf**. E não teve êxito nenhum até agora".

Gerdau foi à superintendência da PF em São Paulo acompanhado de seus advogados em cumprimento a um mandado de condução coercitiva expedido pela Justiça na sexta fase da

operação Zelotes. O depoimento durou cerca de 45 minutos e Gerdau não respondeu às perguntas dos jornalistas ao deixar o prédio da PF em São Paulo.

Malheiros disse que a Gerdau não apurou internamente nenhum indício de que os advogados que ela contratou para atuar no **Carf** estivessem envolvidos em atos de corrupção. "Ele não contratou ninguém para corromper ninguém. Contratou consultorias para auxiliar na exposição dos argumentos, dos fatos, era uma causa de valor muito grande. A linha da empresa foi a de se cercar da melhor assessoria possível", disse o defensor. De acordo com o criminalista, "foram feitas perguntas sobre a organização interna do **Carf**, e a respeito disso ele [Gerdau] não tem qualquer conhecimento".

Em nota, o grupo Gerdau diz que "está colaborando integralmente com as investigações da Polícia Federal" e que, "com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que possa ter ocorrido com esse fim". Reitera "que possui rigorosos padrões éticos na condução de seus pleitos junto aos órgãos públicos e reafirma que está, como sempre esteve, à disposição das autoridades competentes para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados".

Além das ilegalidades no **Carf**, a Zelotes investiga pagamento de propina para a compra de medidas provisórias que interessavam à indústria automotiva. Uma ação penal relacionada a esses crimes corre em Brasília. Dois suspeitos, presos por participação no esquema, depuseram nesta quinta: o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS, e o ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva. Eles ficaram em silêncio.

Correio Braziliense

Zelotes mira o grupo Gerdau

Correio Braziliense - 26/02/2016

Na sexta fase da operação que investiga fraudes fiscais, PF cumpre 18 mandados de buscas e 20 de condução coercitiva de pessoas ligadas à siderúrgica

EDUARDO MILITÃO

A Polícia Federal apontou a mira para o grupo siderúrgico Gerdau, um dos alvos da Operação Zelotes e suspeito de tentativa de sonegar R\$ 1,5 bilhão. Ontem, agentes e delegados saíram às ruas de quatro estados e do Distrito Federal com 18 mandados de busca e apreensão e 20 de condução coercitiva, um deles para o executivo André Gerdau, filho do presidente do conselho consultivo Jorge Gerdau. A 6ª fase da Zelotes mobilizou homens até dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, além de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Segundo o Ministério Público, todos os mandados foram cumpridos.

A Gerdau afirmou em nota que colaborava com as investigações, negou participar de irregularidades e disse não ter autorizado ninguém a agir em seu nome para cometer crimes. De acordo com a apuração, diversos autos de infração da Gerdau estão sob suspeita. Apenas dois deles somam R\$ 1,5 bilhão. No **Carf**, esse pagamento acabou revertido em favor da siderúrgica. Além de André Gerdau, um segundo executivo do grupo foi alvo de mandado de condução, mas a PF informou não se tratar de Jorge Gerdau.

Em Brasília, uma das buscas ocorreu no escritório da Gerdau. Houve nove conduções

coercitivas na cidade, incluindo duas sócias de José Ricardo Silva, ex-integrante do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ele e o lobista Alexandre Paes do Santos, o APS, estavam presos na Papuda e receberam a visita da polícia também. Mais tarde, por volta de meio-dia, eles foram levados à Superintendência da PF em Brasília. As sócias de José Ricardo, a irmã Eivanice Canário Silva e a empresária Adriana Ribeiro, foram conduzidas à polícia para depor.

As conduções coercitivas se deram sobre pessoas consideradas intermediárias do esquema. As buscas, em empresas e escritórios de advocacia possivelmente usados para "dissimular contrato" com SGR Consultoria, de José Ricardo, que era conselheiro do Carf e, ao mesmo tempo, atuava "em processo no qual sua empresa estava representando o contribuinte correspondente", segundo o Ministério Público. O advogado de José Ricardo, Getúlio Humberto Sá, tem dito que ele não julgava processos nos quais defendia clientes. E afirma que, apesar da discussão ética, sua atuação dupla era legal.

As investigações apontam que a Gerdau contratou escritórios de advocacia para se defender de ações no Carf. Com o dinheiro recebido, escritórios subcontrataram outros advogados e consultores. Dali, os recursos seguiram para conselheiros. Investigadores ouvidos pelo Correio sustentam que há provas documentais que ligam a siderúrgica também aos escritórios subcontratados que fizeram a intermediação pagamento de propinas. O Ministério Público diz que a Gerdau, que tem presença em 14 países, fez "contratações e subcontratações irregulares" para "interferir em julgamentos realizados pelo tribunal administrativo". As decisões favoráveis foram obtidas entre 2012 e 2014.

Em nota, a Gerdau informou que colabora com as investigações e que não participou de irregularidades. "Com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que possa ter ocorrido com esse fim", disse. "A Gerdau (...) possui rigorosos padrões éticos na condução de seus pleitos junto aos órgãos públicos."

Na operação de ontem, foram apreendidos documentos, mídias e telefones celulares. De acordo com a delegada Fernanda Costa Oliveira, uma das responsáveis pela Zelotes, a operação já indicou que vários contribuintes podem ter se beneficiado de um esquema de corrupção e compra de decisões no Carf. "Hoje, estamos aprofundando a atuação desses contribuintes", esclareceu ela, em entrevista coletiva na Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal.

Escritórios Segundo Fernanda Costa, o objetivo das ações de ontem foi reforçar provas já obtidas. "Queremos delimitar ainda mais a autoria e a materialidade. Para a deflagração da operação de hoje, há havia autoria e materialidade bastante robusta. Estamos com a identificação dos alvos que atuaram nos processos no Carf e nos escritórios de advocacia junto aos contribuintes. E a gente precisa desse arremate final."

A delegada enfatizou que a continuidade das atividades criminosas foi o motivo das ações de ontem, pedidas ao juiz da 10ª Vara Federal, Vallisney Oliveira, que ordenou as buscas e conduções coercitivas. "Foi exatamente a existência desses indícios (a razão das ordens judiciais para buscas e conduções). Indícios de que o grupo continuava em atividade."

Fernanda Costa destacou que o aprofundamento das investigações decorreu da análise de materiais apreendidos a partir da 1ª fase da Zelotes, em março de 2015 e também de informações obtidas ao longo do ano passado. "Em um ano, muita coisa acontece", lembrou a delegada.

Veja On Line

Enquanto PF fazia buscas na siderúrgica, Jorge Gerdau estava no Palácio do Planalto

26/02/2016

Enquanto a Polícia Federal fazia buscas e apreensões na siderúrgica Gerdau, no âmbito da sexta fase da Operação Zelotes, Jorge Gerdau Johannpeter estava no Palácio do Planalto. Ele participava de uma reunião na qual estavam presentes os ministros da Casa Civil, Jaques Wagner, e da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, Armando Monteiro, além de outros empresários do setor de aço, para discutir formas de driblar a crise do setor. O ministro interino da Fazenda, Dyogo Oliveira, também estava no encontro.

Jorge Gerdau é um dos principais interlocutores do empresariado com o Planalto e integra o chamado Conselho (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), recriado pelo governo para propor medidas que visem o crescimento econômico em meio à recessão. O seu filho, André Gerdau, CEO da companhia, foi alvo de mandado de condução coercitiva na operação. Ele foi intimado a depor ontem em São Paulo sobre as suspeitas de que a siderúrgica tenha tentado sonegar 1,5 bilhão de reais pagando propina a integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o **Carf**. Separado por um andar, Jorge Gerdau não chegou a se encontrar com Dilma

Brasil 247

Deputado pede a Sartori que suspenda isenções para a Gerdau

26/02/2016

Sul 21 - O deputado estadual Pedro Ruas (PSOL) defendeu nesta quinta-feira (25), na Assembleia Legislativa, que o governo do Rio Grande do Sul suspenda as isenções fiscais e incentivos tributários concedidos ao Grupo Gerdau, que está sendo investigado na Operação Zelotes, pela suspeita de ter sonegado cerca de R\$ 1,5 bilhão em tributos. Para o parlamentar, o referido grupo "enriquece por sonegar impostos e no governo Britto recebeu quase gratuitamente a Aços Finos Piratini". Os valores envolvidos na concessão de isenções tributárias às empresas, hoje, são protegidos por sigilo fiscal.

A Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle aprovou nesta quinta a realização de uma audiência pública para debater os critérios de escolha, nomeação e remuneração dos componentes do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, bem como de julgamento e da taxa de efetividade dos valores apreciados. Autor da iniciativa, o deputado Luis Augusto Lara disse que o objetivo da audiência é atualizar a legislação do TARF, que é de 1950, buscando uma maior transparência do órgão que arrecada cerca de R\$ 1,2 bilhão anualmente, fruto de litígios entre a Fazenda e contribuintes, decorrentes da aplicação da legislação tributária estadual (ICMS, IPVA, ITCD e outras taxas). Os deputados Adão Villaverde (PT) e Tiago Simon (PMDB) também argumentaram em defesa da proposta que foi aprovada por unanimidade.

Villaverde destacou que, desde que iniciaram as investigações da Operação Zelotes sobre as atividades do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**CARF**), as operações do TARF, órgão estadual de caráter similar, também ganharam a atenção dos deputados. Para o deputado, o TARF escolhe seus componentes de forma não transparente, não informa de maneira explícita sobre as remunerações de seus membros, nem sobre o funcionamento do órgão. "São motivos suficientes para debater a transparência e o funcionamento deste órgão de acordo com as exigências da sociedade", sustentou Villaverde

Jota Info

Carf decide contra tese vencida pela Gerdau em processo sob investigação na Zelotes

26/02/2016

Por Bárbara Mengardo

Foram tantos desdobramentos que alguns nem se lembram mais do ponto de partida da Operação Zelotes: o esquema de compra de votos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Em março de 2015, quando a força tarefa foi deflagrada, a Gerdau foi acusada de tentar manipular o julgamento de um processo que discute o aproveitamento de ágio interno.

Passado quase um ano do início da Zelotes, a Gerdau volta aos holofotes. Nesse período, a discussão tributária na qual a siderúrgica está envolvida começou a ser definida pelo tribunal administrativo.

O que é ágio interno?

A possibilidade de empresas aproveitarem o ágio e recolherem menos tributo é uma das teses mais polêmicas em discussões no Carf. O ágio é gerado quando há fusão ou aquisição de empresas por um preço superior ao registrado em balanço. Nesses casos a companhia adquirente paga um preço elevado contando com a rentabilidade futura da empresa adquirida.

As companhias discutem o direito de abater o ágio da operação - o sobrepreço - da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL). Em muitas situações, a Receita Federal desconsiderou o abatimento e exigiu a diferença dos tributos.

O ágio interno, por sua vez, ocorre nos casos de fusão ou aquisição de empresas do mesmo grupo econômico.

O caso Gerdau

Dentre os tipos de ágio analisados pelo Carf, o interno é certamente o mais controverso, e por este motivo a vitória da Gerdau em um processo sobre o tema gerava muita discussão.

Em 2012, o conselho deu ganho de causa à companhia no processo administrativo 10680.724392/2010-28, analisado pela 1ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção do Carf. O colegiado tinha como vice-presidente o conselheiro José Ricardo da Silva, preso durante a Zelotes.

O caso seria julgado pela Câmara Superior não fosse a paralisação do tribunal administrativo, motivada pela deflagração das investigações no órgão. A tese favorável ao aproveitamento do ágio interno, porém, era de difícil aceitação mesmo entre representantes dos contribuintes no Carf.

Um ex-conselheiro que representava os contribuintes na Câmara Superior à época da deflagração da Zelotes disse ao JOTA que não concordava com a possibilidade de aproveitamento de ágio interno, e provavelmente votaria de forma favorável à Fazenda Nacional no caso da Gerdau.

Precedente

A existência de compra de votos neste caso ainda não foi esclarecida, mas o ágio interno já voltou - por meio de outro processo - à Câmara Superior do Carf. O resultado, como esperado por advogados da área tributária, foi desfavorável às empresas.

Para a maioria dos conselheiros, é irregular aproveitar o ágio advindo de operações entre empresas do mesmo grupo econômico. Com isso, não podem abatê-lo do recolhimento do IR e da CSLL.

O processo 16643.000079/2009-90 foi analisado pela última instância do **Carf** no dia 20 de fevereiro. Na decisão, que envolve a Johnson Controls do Brasil Automotivo, o relator, conselheiro Marco Aurélio Valadão, considerou que o ágio, para ser aproveitado, "deve se dar entre partes que seriam partes não relacionadas anteriormente à operação de aquisição".

O placar final ficou em sete votos a três a favor da Fazenda Nacional. Apenas os conselheiros Luís Flávio Neto, Livia De Carli Germano, Ronaldo Apelbaum e Maria Teresa Martinez Lopez votaram de forma favorável à companhia.

Carf mantém jurisprudência, e reconhece crédito de Cofins sobre bens essenciais à produção

22/02/2016

Mantendo sua jurisprudência, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) reconheceu, nesta quinta-feira (25/02), o direito de empresas abaterem do cálculo do PIS e Cofins despesas com insumos considerados essenciais para a produção.

A decisão foi tomada pela Câmara Superior do **Carf** - última instância do tribunal administrativo - em dois processos da BR Foods, que obteve sinal verde para aproveitar créditos relacionados à aquisição de materiais de limpeza das máquinas, embalagens e pallets, entre outros insumos.

O posicionamento veio após o **Carf** ensaiar rever sua jurisprudência sobre o tema. Na última sessão da Câmara Superior, o relator do processo, conselheiro Henrique Torres, defendeu uma posição mais restritiva do conceito de insumo para fins de recolhimento das contribuições sociais, o que impediria a companhia de aproveitar créditos dos insumos acima listados.

O posicionamento da instância máxima do **Carf** poderá alterar a estratégia da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em relação ao tema. A procuradora Maria Concília de Aragão Bastos afirmou que o órgão "vai avaliar se continuará recorrendo" à Câmara Superior em todos os casos após o julgamento".

Litígio

A definição do que caracterizaria insumos na legislação do PIS e da Cofins (Leis 10.637/2002, e 10.833/2003) é de interesse de uma infinidade de empresas, e está em discussão tanto no **Carf** quanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que definirá a questão em recurso repetitivo.

O litígio entre as empresas e a Receita Federal foi aberto porque as normas deixam em aberto o que seria considerado insumo. O Fisco tem defendido o conceito previsto na legislação do IPI, em que só há crédito no gasto do insumo desgastado durante o processo produtivo. No outro extremo, alguns contribuintes defendiam uma definição de despesa necessária, prevista no Imposto de Renda.

De acordo com pesquisa realizada pelo Observatório do **Carf**, o tribunal administrativo inaugurou há seis anos uma definição próprio ou intermediária do conceito de insumo, que admite o abatimento de despesas com insumos essencial à produção da empresa.

O artigo 3º da legislação do PIS e Cofins permite a tomada de crédito por "bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda", sem dar mais detalhes sobre o que entraria nessa categoria.

Caso a caso

No caso da BRF, os conselheiros fizeram questão de analisar cada insumo trazido pela empresa. Ao fim do julgamento foram admitidos como essenciais, entre outros bens, os

materiais para limpeza e desinfecção das máquinas, embalagens para transporte dentro da empresa e pallets (estrados de madeira). Não foram aceitos, por outro lado, créditos relacionados à serviços contratados para lavagem de uniformes.

Um dos advogados da companhia, Fabio Calcini, do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia, diz que o direito de creditamento sobre os pallets foi uma grande vitória, pois o ponto ainda era fruto de divergências. Ele salientou que o precedente poderá ser utilizado por outras companhias.

A sessão desta quinta-feira (25/02) foi iniciada com o voto-vista da conselheira Vanessa Marini Cecconello, que considerou que seriam insumos os bens "pertinentes ou que viabilizem a produção" das companhias. Para ela, a subtração de um insumo necessariamente prejudicaria a produção das empresas.

Ela exemplificou que os materiais de limpeza e desinfecção são essenciais para a BR Foods porque atendem a exigências sanitárias. Caso contrário, seria possível a proliferação de microrganismos que inviabilizariam o consumo dos produtos.

Presente durante o julgamento, o advogado Roberto Quiroga, do Mattos Filho Advogados, diz que o precedente do **Carf** indica que o conselho analisará o assunto caso a caso. "Vai depender de [a empresa provar] que [o bem] é essencial e se desgasta no processo produtivo", diz.

Transporte

Além do caso da BR Foods, estava pautado para a sessão desta quinta-feira da Câmara Superior do **Carf** outro processo envolvendo insumos de PIS e Cofins, mas o julgamento foi suspenso por pedido de vista. Trata-se de um caso envolvendo o Frigorífico Mercosul, que pedia o creditamento por despesas com transporte utilizando veículo próprio.

É discutido o aproveitamento de créditos com gastos com **combustíveis**, pedágios e manutenção de veículos que transportam os bois até o matadouro e a carne até os restaurantes e supermercados, afirma a advogada da empresa, Sandra Pistor, do Sandra Pistor e Advogados.

A relatora da ação, conselheira Tatiana Midori Migiyama, votou de forma favorável à companhia, mas o julgamento foi interrompido por pedido de vista do conselheiro Demes Brito. O julgador antecipou que é favorável ao creditamento, porém não concordava com o voto apresentado.

Processos citados na matéria:

11080.723095/2009-53

10925.720686/2012-22

10925.720046/2012-1